

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (03/09/2026 A 10/09/2026)

MINERAÇÃO

• **Brasil enfrenta gargalos para transformar potencial em minerais críticos em cadeias de maior valor agregado**

Debate aponta necessidade de qualificação profissional, financiamento, desenvolvimento tecnológico e adequação do mercado de capitais para ampliar a competitividade do setor mineral brasileiro

O desenvolvimento das cadeias de minerais críticos no Brasil depende de avanços que vão além da disponibilidade de reservas minerais. Em debate promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), representantes do setor destacaram a importância de agregar valor à produção nacional, estimular a industrialização e integrar mineração, tecnologia, universidades e formação profissional. Entre os principais desafios está a qualificação de profissionais capazes de atuar nas etapas mais avançadas das cadeias produtivas, além da necessidade de o país definir quais minerais e segmentos devem ser priorizados para concentrar investimentos e desenvolver vantagens competitivas.

Neste cenário, o financiamento também foi apontado como um dos principais gargalos, especialmente diante da forte participação de capital estrangeiro nos investimentos em minerais críticos no país. Ainda, as medidas consideradas relevantes, baseiam-se em mecanismos de garantia e incentivos fiscais, além da criação de condições para que empresas dedicadas à pesquisa mineral consigam captar recursos no mercado de capitais brasileiro. Dessa forma, o debate ocorre em um momento de fortalecimento da agenda nacional de minerais críticos e evidencia que a consolidação dessas cadeias dependerá da combinação entre pesquisa mineral, industrialização, tecnologia, capital e segurança regulatória.

Fonte: [Link](#)

• **Minerais críticos entram em nova fase após aprovação de política nacional pelo Senado**

Setor debate como transformar o novo marco em investimentos, pesquisa mineral, industrialização e

maior participação do Brasil nas cadeias globais de alto valor agregado

A aprovação pelo Senado do PL nº 2.780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, amplia o debate sobre como converter o potencial geológico brasileiro em desenvolvimento industrial e tecnológico. O texto prevê instrumentos capazes de mobilizar até R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões destinados ao Fundo Garantidor da Atividade Mineral e R\$ 5 bilhões ao beneficiamento e à transformação de minerais críticos e estratégicos no país, além de mecanismos de financiamento para prospecção e pesquisa mineral. Além disso, a nova política contempla instrumentos relacionados à inovação, rastreabilidade, pesquisa e desenvolvimento e à criação de um cadastro nacional de projetos.

Nesse contexto, a Associação de Minerais Críticos promoverá o encontro “Minerais Críticos | Agenda 2030”, reunindo empresas, governo, investidores, instituições financeiras e representantes internacionais para discutir os próximos passos do setor. Assim, os principais desafios giram em torno do desenvolvimento das etapas de processamento e industrialização, da disponibilidade de capital de longo prazo, segurança jurídica, cooperação internacional e atração de investimentos. Também ganha relevância a futura atuação do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, inclusive em questões relacionadas a mudanças de controle societário de empresas titulares de direitos minerários sobre esses recursos.

Fonte: [Link](#)

• **Corredor Ferroviário Minas-Rio terá 733 km concedidos em leilão previsto para dezembro**

Certame dividirá a malha atualmente operada pela FCA em dois lotes e prevê recuperação, modernização e aumento da capacidade da infraestrutura ferroviária

O governo federal marcou para 17 de dezembro o leilão do Corredor Ferroviário Minas-Rio, formado por aproximadamente 733 quilômetros de linhas que conectam áreas de Minas Gerais ao litoral do Rio de Janeiro. Atualmente, a malha é operada pela Ferrovia Centro-Atlântica, a qual será concedida em dois lotes. Dessa forma, o primeiro lote ligará Iguatama, em Minas Gerais, a Barra Mansa, no Rio de Janeiro, incluindo o ramal entre Varginha e Lavras, enquanto o segundo compreenderá a ligação entre Barra Mansa e Angra dos Reis. O certame será o primeiro leilão ferroviário federal realizado no país em cinco anos.

Assim, as futuras concessionárias ficarão responsáveis pela manutenção, recuperação e modernização dos trechos e deverão apresentar, em até dois anos após o início da operação, um plano de recapacitação da infraestrutura. A concessão integra a estratégia de destinação de ferrovias ociosas ou subutilizadas a novos operadores e poderá estabelecer referência para futuros projetos semelhantes. Para o setor mineral, a recuperação do corredor ganha relevância pela possibilidade de ampliar a infraestrutura logística disponível para o transporte de cargas e melhorar a conexão entre regiões produtoras e o litoral fluminense.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

• ANP prepara novas barreiras para impedir desvio de etanol combustível à fabricação clandestina de bebidas

Agência propõe uso provisório de corante verde e avalia adoção de substância amarga como solução definitiva para diferenciar o etanol hidratado combustível

A ANP aprovou estudo com medidas destinadas a impedir o desvio de etanol hidratado combustível para a fabricação clandestina de bebidas alcoólicas. Como solução provisória, a Agência propõe tornar obrigatória a adição de corante verde ao combustível ainda nas usinas, medida que dependerá da revisão da Resolução ANP nº 907/2022 e deverá contar com período de transição para adequação dos agentes econômicos, com expectativa de implementação em 2027. Desse modo, o processo regulatório terá início imediato e deverá passar pelas etapas de participação social e deliberação da Diretoria Colegiada.

Neste sentido, como solução definitiva, o estudo recomenda a adição obrigatória de benzoato de denatônio, substância extremamente amarga que permitiria identificar a utilização irregular do combustível em bebidas. Porém, a adoção depende de testes para verificar possíveis efeitos sobre componentes de veículos e emissões, razão pela qual ainda não há prazo para implementação. As medidas respondem a diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética e a recomendação do Tribunal de Contas da União, após episódios de utilização irregular do etanol na produção clandestina de bebidas registrados em 2025.

Fonte: [Link](#)

- **ANP propõe novas exigências de capital e transparência financeira para agentes do mercado de combustíveis**

Consulta pública discutirá atualização do capital social mínimo, comprovação da origem dos recursos e identificação dos titulares efetivos das empresas reguladas

A ANP aprovou consulta pública, pelo prazo de 45 dias, e audiência pública para revisar seis resoluções aplicáveis a agentes do setor de abastecimento. A proposta busca adequar a regulamentação ao Código de Defesa do Contribuinte e estabelece exigências relacionadas ao capital social mínimo integralizado, à comprovação da origem e licitude dos recursos utilizados na integralização e à identificação do titular efetivo das empresas. Ainda, as alterações alcançam atividades de produção, distribuição e revenda de diferentes combustíveis e produção de biocombustíveis.

Assim, a proposta estabelece capital social mínimo de R\$ 1 milhão para revendedores de combustíveis líquidos, R\$ 10 milhões para distribuidores e R\$ 200 milhões para produtores, além de exigir parecer de auditor independente registrado na CVM para comprovar a origem e a licitude dos recursos. Além disso, para os agentes já autorizados, está previsto prazo de dois anos para adequação, com regra específica para distribuidores de combustíveis líquidos. Segundo a ANP, o período de transição busca permitir a adaptação às novas exigências sem comprometer a continuidade do abastecimento.

Fonte: [Link](#)

- **STJ analisa regras para exploração de petróleo e gás não convencionais por fraturamento hidráulico**

Julgamento poderá definir precedente vinculante sobre avaliação ambiental, regulação da ANP e licenciamento de projetos que utilizem fracking no Brasil

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça colocou em julgamento a possibilidade de utilização do fraturamento hidráulico, conhecido como fracking, na exploração e produção de reservas não convencionais de petróleo e gás natural no Brasil. Desse modo, a controvérsia envolve a necessidade de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar antes da licitação de blocos

com potencial para a técnica, a suficiência da regulamentação da ANP e a possibilidade de os riscos aos aquíferos serem analisados durante o licenciamento ambiental de cada empreendimento.

Neste cenário, o julgamento ocorre por meio de Incidente de Assunção de Competência, de modo que a decisão deverá estabelecer precedente obrigatório para outros processos judiciais sobre o tema. Tal controvérsia teve origem na 12ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em 2013, e chegou ao STJ após decisões divergentes dos Tribunais Regionais Federais sobre a necessidade de avaliação ambiental prévia. Enquanto representantes do setor defendem a análise individual dos projetos segundo critérios técnicos, ambientais e regulatórios, a técnica enfrenta questionamentos relacionados aos possíveis impactos sobre solos e aquíferos.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

• Primeiro leilão de transmissão com baterias prevê R\$ 12,9 bilhões em investimentos

ANEEL abre consulta pública para certame de abril de 2027, que reúne 12 lotes e prevê a contratação inédita de sistema de armazenamento de energia por baterias no segmento de transmissão

A ANEEL abriu consulta pública sobre o edital do Leilão de Transmissão nº 01/2027, previsto para 30 de abril de 2027, com expectativa de R\$ 12,9 bilhões em investimentos e geração de 29,5 mil empregos diretos e indiretos. O certame contempla 12 lotes distribuídos por 13 estados, com a implantação de 3.245 quilômetros de novas linhas de transmissão e 1.386 MVA de capacidade de transformação. Dessa forma, a principal inovação está no Lote 5, que prevê a contratação do primeiro sistema de armazenamento por baterias no segmento de transmissão do Sistema Interligado Nacional, com capacidade de 100 MW e 200 MWh para reforçar o atendimento às regiões de Cruzeiro do Sul e Feijó, no Acre.

Além disso, o leilão inclui subestações com compensadores síncronos, projetos voltados ao atendimento de cargas eletrointensivas no Nordeste e instalações relacionadas à interligação elétrica entre Brasil e Bolívia, sendo que alguns lotes ainda dependem de confirmações regulatórias. Assim, a Consulta Pública nº 032/2026 recebe contribuições entre 10 de setembro e 26 de outubro, e, após a análise das sugestões e deliberação da Diretoria da ANEEL, o edital

deverá seguir ao Tribunal de Contas da União. A iniciativa introduz as baterias como instrumento para aumentar a confiabilidade e a flexibilidade da transmissão.

Fonte: [Link](#)

• **ANEEL formaliza contratos de hidrelétricas vencedoras do Leilão de Reserva de Capacidade**

Cinco usinas contratadas no LRCAP de 2026 avançam para a etapa contratual, enquanto os acordos referentes às termelétricas ainda aguardam assinatura

A ANEEL assinou, em 10 de setembro, os contratos das cinco hidrelétricas vencedoras do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP), realizado em março de 2026. Foram formalizados os contratos das usinas Foz do Areia, Jaguará, Luiz Gonzaga, Segredo e São Simão, pertencentes a diferentes grupos do setor elétrico. Apesar das controvérsias envolvendo o certame, a contratação representa o avanço da parcela hidrelétrica deste, destinado à disponibilidade de potência para o sistema, enquanto os contratos dos demais produtos vencedores, referentes a termelétricas a gás natural, óleo combustível e biodiesel, ainda não haviam sido assinados.

Na mesma ocasião, foram celebrados os contratos referentes à segunda etapa do Leilão de Transmissão nº 1/2026, a qual reuniu quatro lotes anteriormente devolvidos pela MEZ após solução consensual mediada pelo Tribunal de Contas da União. Os ativos foram arrematados pela Axia e pela Alupar em etapa realizada em julho. Assim, a formalização dos contratos evidencia o prosseguimento dos projetos previstos nos certames de capacidade e transmissão realizados pela ANEEL em 2026.

Fonte: [Link](#)

• **Enel SP reforça plano de contingência para eventos climáticos em meio a processo na ANEEL**

Distribuidora amplia equipes, bases operacionais e estrutura de resposta ao El Niño enquanto enfrenta processo regulatório que pode resultar na perda da concessão em São Paulo

A Enel São Paulo anunciou o reforço de seu plano de contingência para enfrentar os impactos previstos do El Niño e outros eventos climáticos severos durante o verão. Dessa forma, entre as medidas estão a ampliação de 17 para 23 bases operacionais, a contratação de 1.600 profissionais,

a incorporação de 318 veículos à frota e a capacidade de mobilizar até três vezes mais equipes em situações críticas. Além disso, a companhia adotou medidas de automação, monitoramento climático e manutenção da vegetação, além de estruturas dedicadas à coordenação das operações e ao atendimento de serviços essenciais.

Nesse sentido, tais medidas são anunciadas enquanto a distribuidora enfrenta processo na ANEEL que pode levar à perda da concessão na capital paulista. Ainda, a empresa questionou a condução do procedimento e sustenta que os investimentos realizados têm ampliado a resiliência da rede e reduzido o tempo de resposta a ocorrências. Segundo dados apresentados pela própria concessionária, entre 2023 e junho de 2026 houve melhora de aproximadamente 60% no Tempo Médio de Atendimento a Emergências e redução de 90% nas interrupções superiores a 24 horas.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

• MME propõe divisão do gás da União para ampliar acesso da indústria aos leilões

Minuta estabelece lotes de 20 mil m³/dia, limita a contratação por comprador e distribui a oferta entre cinco grupos industriais prioritários

O MME propôs novas regras para os leilões anuais de gás natural da União, com o objetivo de ampliar a participação de diferentes consumidores industriais e evitar a concentração do volume ofertado em poucos agentes. A minuta prevê contratos de 20 mil m³/dia e estabelece, em regra, limite de 160 mil m³/dia por comprador. Desse modo, a oferta será distribuída igualmente entre cinco grupos prioritários, sendo estes o grupo químico e petroquímico; fertilizantes; siderúrgico, metalúrgico e mineração; vidreiro; e ceramista. As medidas deverão orientar a comercialização de aproximadamente 1 milhão de m³/dia prevista pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Assim, a estrutura busca pulverizar o acesso ao gás e aumentar o número de participantes nos certames. Tendo em vista um cenário de oferta de 1 milhão de m³/dia, cada grupo industrial receberia 200 mil m³/dia, enquanto o limite individual impediria que uma única empresa adquirisse toda a parcela reservada ao segmento. Os lotes não contratados pelos grupos prioritários poderão ser oferecidos posteriormente a outras indústrias do mercado livre e, caso

permaneçam disponíveis, a comercializadores, distribuidoras e transportadoras. Dessa forma, as regras deverão valer para os leilões anuais de gás da União até 2030.

Fonte: [Link](#)

• Indústria questiona segmentação do gás da União e defende maior competição no leilão da PPSA

Abrace propõe retirada da divisão da oferta entre grupos industriais e argumenta que maior disputa pode favorecer a formação transparente de preços

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) defendeu mudanças nas regras propostas pelo Ministério de Minas e Energia para o leilão de gás natural da União. A entidade questiona a segmentação da oferta em produtos destinados a grupos industriais específicos e argumenta que a divisão pode reduzir a competição pela molécula. Na avaliação da associação, ampliar a disputa entre os compradores contribuiria para uma formação de preços mais transparente e para o uso do gás da União como instrumento de competitividade para a indústria brasileira.

A manifestação ocorre durante a consulta pública sobre as regras complementares para a comercialização do gás da União pela PPSA. A proposta do MME prevê que o volume ofertado seja dividido igualmente entre cinco grupos prioritários: químico e petroquímico; fertilizantes; siderúrgico, metalúrgico e mineração; vidreiro; e ceramista. O posicionamento da Abrace introduz uma discussão sobre o desenho do certame, contrapondo a estratégia de pulverização do acesso entre diferentes segmentos industriais à defesa de maior competição entre os consumidores pelo volume disponível.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por
FERNANDA CRISTINNE ROCHA
DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.09.11 18:40:01
-03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito